



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 4659, de 2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o direito de mães e pais que estejam acompanhando seus filhos com patologias graves ou hospitalizados justificar suas faltas ao trabalho.*

Relator: Senador **ALESSANDRO VIEIRA****I – RELATÓRIO**

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei do Senado nº 4569, de 2019, de autoria do Senador Veneziano do Rêgo, que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o direito de mães e pais que estejam acompanhando seus filhos com patologias graves ou hospitalizados justificar suas faltas ao trabalho.*

A proposição tem por objeto acrescentar inciso XII ao referido art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - permitindo a interrupção do contrato de trabalho pelo tempo que se fizer necessário, para o acompanhamento de dependente com patologia grave ou hospitalizado.

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à CAS, cabendo a esta última analisá-la em caráter terminativo.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Na CDH foi objeto de Parecer, de autoria do Senador Flávio Arns, que orientou pela aprovação do Projeto.

Não houve emendas à Proposição até o presente momento.

II – ANÁLISE

Foi atribuída a esta Comissão, com fulcro no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a competência para apreciar matérias que, como o caso, versem sobre relações de trabalho.

A constitucionalidade da proposição está presente, pois observados os arts. 22, inciso I e o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, que põem a matéria no campo de competência do Congresso Nacional, tanto no tocante à sua iniciativa quanto no tocante à sua apreciação.

Não observamos, outrossim, impedimentos de ordem formal a obstar o processamento da matéria, que, quanto ao mérito, deve ser acolhida, ainda que, entendemos, com modificações.

As hipóteses de interrupção do contrato de trabalho – contidas no art. 473 da CLT dizem respeito à dispensa da prestação laboral sem o correspondente desconto remuneratório por período geralmente limitado para desempenho de atividades específicas, ou de necessidades pessoais prementes de duração relativamente curta.

A proposição, portanto, busca ampliar esse rol, para permitir a ausência remunerada do trabalhador em caso de necessidade de cuidados de saúde de dependente, pelo tempo que necessário. Na justificação, o autor se refere a situação em que a necessidade de acompanhamento de dependente a consulta médica ou internação hospitalar.

Em termos gerais, entendemos que o propósito da medida é justo: a relativa deficiência da rede de proteção social brasileira transfere aos trabalhadores boa parcela do cuidado pessoal com seus dependentes,



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

tornando muitas vezes difícil conciliar o emprego com as necessidades familiares do trabalhador.

Desse modo, a possibilidade de que o trabalhador possa se afastar para acompanhamento de dependente em situação de necessidade médica é bem-vinda e representaria uma imensa vantagem para esse trabalhador.

Sugerimos, outrossim, unicamente duas emendas de redação para aperfeiçoamento forma da matéria.

Sugerimos, inicialmente, emenda de redação para fazer constar da ementa a designação completa da CLT, com o Decreto-Lei que a aprovou, para melhor entendimento da Lei, se aprovada.

Além disso, desde a apresentação do Projeto já foi incluído um inciso XII ao art. 473, pelo que devemos renumerar o número do inciso cuja inclusão se pretende.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 4.659 de 2019, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 4.659, de 2019, a seguinte redação:

Altera o art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre o direito do





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

empregado de faltar ao trabalho para acompanhar
dependente gravemente enfermo ou hospitalizado.

EMENDA Nº –CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.659, de 2019, a seguinte
redação:

“Art. 1º O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho,
aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a
vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

‘Art. 473.

XIII – pelo tempo que se fizer necessário, para acompanhar
dependente com patologia grave ou hospitalizado. (NR)

.....”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

